



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**AS POLÍTICAS DO DESTOMBAMENTO:
MOTIVAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS DO CANCELAMENTO DA
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
NO CASO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR**

Carolina Pedro Soares¹

Resumo: A presente apresentação se propõe a refletir, no âmbito do órgão de patrimônio federal (IPHAN) e de suas práticas, o que motiva e justifica a prática do destombamento de bens salvaguardados. Instituído pelo Decreto-Lei n. 3866/1941, e ainda em vigor, o destombamento é parte das políticas patrimoniais estabelecidas durante o Estado Novo. Tanto o tombamento quanto o destombamento recorrem ao critério de interesse público para justificar o ato administrativo de proteção e cancelamento do mesmo, deixando em aberto que o interesse público tenha que ser analisado e pensado caso a caso em ambos os atos do executivo. Deste modo, tendo em vista os múltiplos agentes envolvidos nos processos de destombamento, bem como as motivações, justificativas e leis que tangem este procedimento e observando a atuação das redes regionalizadas, a presente apresentação foca no estudo de caso do imóvel à Rua Carlos Gomes, 26, na cidade de Salvador. A Rua Carlos Gomes, situada no centro da cidade, começando na Praça Castro Alves, sofreu alterações durante os anos 40, dentro dos planos de reforma urbana para a capital baiana durante a gestão Durval Neves. A análise se centra na história da política pública de preservação, relacionada ao processo de tombamento e destombamento, perpassando quais motivos e valores são mobilizados neles, e, ao mesmo tempo, busca avaliar de que modo pode ser entendido o processo na chave do apagamento de memória coletiva e a salvaguarda do patrimônio cultural na atualidade.

Palavras-chave: Destombamentos, Patrimônio Cultural, Políticas de memória e esquecimento, Políticas Públicas.

O Decreto-Lei 3.866/1941

A seleção de memórias a serem preservadas, feita pelo Estado brasileiro, tem início antes da criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (SPHAN) (MAGALHÃES, 2004), mas toma forma burocrática e oficial com a

¹ Mestranda bolsista CAPES/CNPq em História no Programa de Pós Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/ UNICAMP), carollsoares@gmail.com.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



homologação do Decreto-Lei nº 25/1937, que instituiu o órgão responsável pela atribuição de valor ao cenário cultural nacional, de modo técnico e qualificado, para que este passe a representar a memória de uma nação, o SPHAN. É nesse sentido que a noção de patrimônio é um discurso construído no presente, preservando para um futuro, relativo à um passado de tradições (LE GOFF, 2012) e que remetem a uma materialidade da história e de seu território.

Em complemento, o destombamento é uma figura do Executivo que cancela o tombamento, tal como instituído, em 1941, pelo Decreto-Lei 3.866 e em vigor até os dias de hoje. Ele foi regulamentado para que, em caso de haver interesse público que se sobreponha ao interesse e função social do tombamento, este possa ter sua salvaguarda cancelada, ficando esta decisão a cargo do chefe máximo do Estado nacional. Assim, conforme o decreto:

O Presidente da República, atendendo a motivos de interesse público, poderá determinar, de ofício ou em grau de recurso, interposto pôr qualquer legítimo interessado, seja cancelado o tombamento de bens pertencentes à União, aos Estados, aos municípios ou a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, feito no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. (BRASIL, 1941)

Ato do direito administrativo que tem força jurídica, o Decreto-Lei é, em geral, promulgado em caráter de urgência, que geram consequências jurídicas concretas e serão debatidas posteriormente. Por serem medidas considerados autoritários, estão, como no caso brasileiro, ligados a períodos históricos de estados de exceção, estando o parlamento ou prejudicado para analisar as questões em tempo hábil, ou fechado (RABELLO DE CASTRO, 1991).

É no contexto do Estado Novo (1937-1945), uma ditadura com chefe civil que tinha entre as metas de governo a construção de uma tradição político cultural, e que se expressa a necessidade de criação de novas instituições e práticas políticas estatais para o estabelecimento de uma nova modernidade². Por isso, como destaca Radun, a

² O período do Estado Novo quando analisado, precisa abandonar “explicações simplistas e maniqueístas, uma vez que o desafio é compreender um conjunto diversificado de políticas, muitas vezes contraditórias e ambíguas, que convivem e disputam espaço em um contexto nacional e internacional tenso” ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. V. (Org.). **A construção social dos regimes**



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



simplicidade com que a forma estabelecida para o destombamento acontece em oposição à toda a complexidade jurídica, política e social do tombamento, chama a atenção (RADUN, 2016).

O caso aqui tratado chama a atenção, também, não apenas pela quantidade de redes envolvidas, e pela consequência para a preservação, mas também pelos autos do processo em si, composto de poucas páginas e informações sobre o imóvel situado à Rua Carlos Gomes, 26, no centro da cidade de Salvador, na Bahia.

Redes e reformas urbanas

A questão urbana no Brasil sempre foi central, desde a formação dos primeiros núcleos. Contudo, no final do século XIX, há uma intensificação de propostas urbanas balizadas por projetos de planejamentos em diversas cidades pelo território nacional. Nos atendo ao período de 1930 a 1950, onde se centram os acontecimentos por ora analisados, é necessário destacar algumas características gerais antes de adentrar nas especificidades regionais.

Trata-se de um período marcado pela elaboração de planos que pensam o conjunto da totalidade da área urbana, que “propõem uma articulação entre os bairros, o centro e a extensão das cidades através de sistema de vias e de transportes” (LEME, 2005, p. 25). Destaca-se também a criação de órgãos de planejamento urbano nas prefeituras das principais cidades, como é o caso de Salvador e Rio de Janeiro, em que a área técnica dos urbanistas procura se firmar enquanto área de conhecimento e prática profissional. Isso leva a circulação de ideias de planos urbanos que serão discutidos, sempre norteados pela noção de modernidade, consolidando ainda uma rede de agentes entre os nomes ligados ao campo.

Durante o Estado Novo, observa-se que as obras impactam radicalmente a estrutura urbana, principalmente o plano viário (LEME, 2005). O destaque para o setor automotivo nesse momento é dado por uma popularização do meio de transporte utilizado, sobretudo, pela elite, para os deslocamentos entre a casa e o espaço público.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL **HISTÓRIA DO TEMPO** **2021** PRESENTE UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



No debate proposto, a ideia de ampliação de duas vias nas respectivas cidades, Salvador e Rio de Janeiro, dentro de um projeto ainda maior de reforma e modernização urbana, este é o pano de fundo para as disputas entorno do patrimônio que levaram ao destombamento de alguns bens nas duas cidades que foram capitais do país.

Sobre a relação entre a modernização e a manutenção da memória, Milton Santos pontua

Um novo dinamismo sacode agora a cidade e se reflete sobre o seu centro de negócios e de atividades. Ele reforça a oposição entre as tendências de renovação representadas pelo próprio dinamismo e as tendências conservadoras, representadas pelas condições sócio-econômicas e jurídicas. Os monumentos e as casas de meia-idade, que ainda são mais ou menos úteis às funções que presidiram à sua construção, não sofreram esse choque. (...) Essa luta entre o arranha-céu que tem necessidade que não quer desaparecer não exprime apenas o conflito entre a especulação imobiliária e a herança do passado. Representa igualmente um imperativo do crescimento urbano, da expansão dos negócios e da vida de relações, cujo espaço não poderá se alargar demasiadamente, sob pena de se tornar impraticável (SANTOS, 1959, p. 182).

Tombamento de arquitetura civil em Salvador

É do valor que se atribui à materialidade que se converte um simples imóvel civil em patrimônio histórico nacional e componente da memória e do imaginário coletivo da nação. Assim, começaremos por uma breve introdução sobre o imóvel à Rua Carlos Gomes, 26, na cidade de Salvador, na Bahia.

O imóvel fez parte da rede de comércio de luxo interligada ao Hotel Sul-Americano, demolido em 1942 (BATISTA, 2014), localizado na conjunção da Rua Carlos Gomes, com a Avenida Sete de Setembro. A ligação com o comércio de elite, de um imóvel que possui estilo agradável às diretrizes de preservação do SPHAN em 1938, demonstram as motivações de tombamento de um edifício civil, sendo que há outros exemplares na mesma rua, do lado oposto e de ruas adjacentes ligados à essa memória, que permanecem tombados³.

³Imóveis próximos tombados: Casa à rua Carlos Gomes, 57, tombada em julho de 1938; e a Casa à Avenida Joana Angélica, 149, tombada em abril de 1938. Fonte:



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Imagem 1 – Pórtico da casa à Rua Carlos Gomes, 26, Salvador, Bahia. ~1938.



Fonte: Rede de Arquivos Iphan

Imagem 2 – Vista lateral a da casa à Rua Carlos Gomes, 26, Salvador, Bahia. ~1938.



Fonte: Rede de Arquivos Iphan



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Imagem 3 – Vista lateral, em direção a Praça Castro Alves, da casa à Rua Carlos Gomes, 26, Salvador, Bahia. ~1938.



Fonte: Rede de Arquivos Iphan

A referência ao contexto social pela qual passava a cidade de Salvador, com problemas de encarecimento de moradia na região, já durante a gestão do prefeito Durval Neves da Rocha (1938-1942), por conta das renovações urbanas, que, aliado à outros projetos e redes, coloca a questão social como problemática tangente, mas não destacada nos projetos de modernização, apesar de ter peso determinante em uma higienização da região central e do imóvel em discussão ser integrantes do grupo de demolições sensíveis a essa temática.

O tombamento do imóvel foi realizado na primeira leva dos realizados pelo SPHAN, em 1938, na cidade de Salvador, estando entre os 55 bens cancelados pelo então Superintendente do SPHAN-BA, Godofredo Filho.

O que mais chama a atenção em relação ao processo do imóvel à Rua Carlos Gomes, 26, no centro de Salvador, é o seu tamanho. Sua extensão, entre tombamento, notificação ao proprietário, inscrição no livro do tombo e seu destombamento, encontramos 09 páginas, com a capa inclusa.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



A resposta à tal ausência de procedimento técnico, provavelmente, vem pautada na utilização pelo SPHAN dos estudos realizados anteriormente na Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, fundada em 1927, que realizou diversos inventários dos bens para tombamento no âmbito estadual, e os quais há discussões que foram utilizados pelo órgão federal, após a sua criação em 1937, para embasar o tombamento e a preservação de diversos imóveis (DÓCIO, 2015, p. 87), justificando o elevado número de tombamentos ocorridos na Bahia durante a gestão de Godofredo Filho na gestão da sede regional do SPHAN.

Godofredo Filho esteve à frente da Superintendência desde que foi criado (1937) até o ano de 1974. Nascido em Feira de Santana, Godofredo Filho teve formação humanística enquanto esteve no seminário, do qual declinou; mas seguiu carreira enquanto escritor e mestre, sendo convidado, em 1925 a lecionar na Escola Normal de Feira de Santana. No ano seguinte, esteve no Rio de Janeiro, a convite de Manuel Bandeira, e, nesta ocasião, também se encontra com Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. É neste momento que ele passa a integrar a rede patrimonial e modernista que, em 1937, toma a forma do órgão federal de preservação, se aproximando, ainda, de nomes como Gustavo Capanema, Plínio Salgado, Assis Chateaubriand, Alceu Amoroso Lima, entre outros (MATTOS, 2014, p. 49).

As escolhas do discurso do órgão federal pela proteção do barroco mineiro, em detrimento de outros barrocos, no caso em especial do barroco baiano. E, mesmo como essa diferenciação Godofredo Filho, procurou dentro da institucionalidade caber nesses padrões do livro do tombo, reforçando a busca pelos monumentos que correspondessem a uma estética baiana.⁴

O trabalho de Godofredo Filho foi diversas vezes exaltado em cartas trocadas com Rodrigo Melo Franco de Andrade, e institucionalmente, tinha o reconhecimento dentro de uma rede de intelectuais baianos e modernistas. Contudo, não se pode afirmar

⁴ Aqui cabe salientar que há uma disputa entre a rede mineira, que compunha o SPHAN-Central, e a rede baiana entre qual seria a localidade berço da nação. As questões foram discutidas em CHUVA, M. R. R. **Os Arquitetos da Memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017; MATTOS, A. T. G. S. **Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia no campo do patrimônio brasileiro** Rio de Janeiro: PEP/IPHAN, 2014.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



sua força nas construções políticas regionais em que estava inserido, principalmente quando no início de seu mandato à frente da Delegacia do Patrimônio da Bahia, em que chega à prefeitura o Engenheiro Durval Neves.

Projeto de Durval Neves, o Prefeito Engenheiro

A cidade de Salvador enfrenta, desde a entrada no período republicano, diversas reformas urbanas, sempre com a ideia contínua de reinício, de recomeço e modernização. Desde o governo de J. J. Seabra, e as conhecidas reformas seabrinhas que alteraram, principalmente, o fluxo econômico e social da região da Baixa do Sapateiro, as mudanças no traçado urbano da cidade se intensificaram durante todo o século XX.

Entre 1895 e 1930, a formação nas Escolas Politécnicas tanto de São Paulo Rio de Janeiro e Salvador, levou a maior parte dos projetos urbanos voltados para as áreas centrais das cidades a serem focados nas questões sanitárias e de infraestrutura das cidades, tendo entre alguns de seus principais representantes Saturnino de Brito, Theodoro Sampaio e Lourenço Baeta Neves (LEME, 2005).

A soma da questão estética-higienista e da melhoria da infraestrutura é o que impõe as mudanças ao território urbano na maior parte das capitais brasileiras no período de 1930 e 1950, que coincide com o período político do Estado Novo, que por sua vez tem entre suas maiores bandeiras a modernização do território ao mesmo tempo em que resgata seus mitos de origem.

Inserida neste contexto nacional, a Escola Politécnica da Bahia (EPB) tem papel central na formação dos engenheiros e políticos que governarão a maior parte do sistema administrativo das cidades e do Estado na Era Vargas. Tanto o governador, Lindolfo Alves, quanto o prefeito Neves da Rocha são formados na EPB. A Escola era voltada para a formação regional dos filhos das classes médias urbanas, com corpo docente regionalizado, contando com alguns professores cariocas e estrangeiros (BATISTA, 2014).

Durval Neves, prefeito de Salvador no período, é figura central na análise do destombamento do imóvel à Rua Carlos Gomes, 26. Integrante da leva de prefeitos-



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



engenheiros soteropolitanos⁵, Neves da Rocha é formado em engenharia pela EPB, entre 1912 e 1916. Quando assume a prefeitura da capital da Bahia, em 1938, propõe, além das reformas urbanas, uma série de reformas administrativas, que também são marcas dos regimes regionais de estadistas no período varguista.

Assim, aliando a valorização do viário e a resolução de restabelecer melhor o fluxo automotivo quanto a remodelar diversos pontos da cidade, de acordo com o progresso e a modernização, levam ao ponto chave da análise: a demolição de grandes porções do centro histórico de Salvador. O alarmante remodelamento da cidade, somado ao recém criado SPHAN, chama a atenção por não se considerar em sua necessidade a aprovação de qualquer obra projetada em sítios históricos pelo referido Serviço; “Na Bahia, (...) meteu-se mãos à obra sem audiência prévia e indispensável do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. E muita coisa de valor veio abaixo” (Jornal A Tarde, 06 mai. 1941, p. 2).

Dentre estas obras, durante uma vistoria em que se anunciam novas demolições, inclusive de prédios tombados pelo órgão na Rua Carlos Gomes, conforme a referida reportagem do Jornal, que cobriu a visita do engenheiro, acompanhado do interventor e do prefeito às obras que estavam sendo executadas.

Uma das obras de maior reconhecimento de sua boa administração, foi a ampliação da Rua Carlos Gomes,

veio no sentido de ‘descongestionar’ a primeira cumeada da cidade que ao lado da Av. Sete de Setembro e da Rua Chile representaria via de grande calibre capaz de fazer fluir o tráfego em área de grande densidade predial e concentradora das principais atividades econômicas, político-administrativas e culturais da cidade (...) atenderia prioritariamente o tráfego de automóveis (BATISTA, 2014, p. 102).

Importante destacar que o alargamento da Rua Carlos Gomes se referia a um recuo do lado oposto à encosta do morro, e que para isso foi demolido o antigo Hotel Sulamericano, que não chegou a ser preservado no tombamento massivo ocorrido na cidade em 1938, por corresponder ao estilo construtivo do *art deco*, que não foi

⁵ Leopoldo Amaral (1930-1931); Arnaldo Pimenta Da Cunha (1931-1932) Americano da Costa (1932-1937), todos formados ou lecionando na EPB.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



valorizado nas preservações do órgão por muitos anos. O recuo inicial previsto, para ampliação da via era de 13 metros.

No entanto, o lote vazio na confluência das Ruas Carlos Gomes e Sete de Setembro, de frente à Praça Castro Alves, criou um novo impulso modernizante com a construção do projeto do prédio da Sulamerica Capitalizações (Sulacap), que já seguia o estilo proposto pela prefeitura, com traços modernos e no novo alinhamento com recuo de 15 metros. O aumento da ampliação foi noticiado em janeiro de 1941, no jornal carioca Diário de Notícias,

Segundo informações fidedignas, o prefeito Neves da Rocha resolveu hoje que o alargamento da rua Carlos Fomes em vez de 13 metros terá 15. O fato é de relevo, visto que ficará extraordinariamente facilitado o tráfego pela única transversal que temos da Avenida 7 (Diário de notícias, 19 jan. 1941, p. 5).

Mesmo que a inauguração só tenha acontecido em 1946, reportagens no Jornal A Tarde, em 1943 já trazem imagens do edifício erguido e em finalização. Bem como as imagens do imóvel de número 26 do acervo do IPHAN, provavelmente tiradas em 1938, mostram um outdoor que mostra a divulgação da construção no lote do projeto da Sulacap. A cronologia dos acontecimentos leva a crer que a demolição do imóvel tombado se deu antes do cancelamento da proteção, como fica claro em nota de página do Diário de Notícias, publicado em 14 de novembro de 1942, quase um ano antes da publicação do decreto de destombamento (Diário de notícias, 14 nov. 1942, p. 5).

Como conclusão ao projeto urbano, e como se determinou a reconstrução conservando as características do imóvel no novo alinhamento da Rua Carlos Gomes, apresentamos abaixo o edifício existente atualmente no lote correspondente ao número 26, em comparativo com imagem, já apresentadas, mas que se mostram necessárias. Observa-se que foram mantidos os ritmos de aberturas das fachadas e a construção em dois andares.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Imagem 4 – Imóvel a Rua Carlos Gomes, 26, Salvador-BA em 2020.



O caso aqui tratado dialoga com a ideia de História Pública, em que o patrimônio está também inserido como bem coletivo e construído de e para o coletivo, bem como com o tempo presente, dada a permanência das legislações do tombamento e do destombamento, em vigor até os dias de hoje. Vestígios de uma memória coletiva, apagada por determinação federal e apoio de redes locais, levaram à perda de uma narrativa dentro do contexto urbano soteropolitano.

Referências

BATISTA, F. C. **Em busca da “cidade civilizada”**: planos de conjunto para a Bahia dos anos 30 e 40. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2014.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 3.866, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1941**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3866.htm. Acesso em: 10. jun. 2018.

Diário de notícias, 19 jan. 1941.

Diário de notícias, 14 nov. 1942.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



DÓCIO, V. A.. **Sob o signo da pedra e cal:** trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no Estado da Bahia (1927 – 1967). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

Jornal A Tarde, 06 mai. 1941.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Editora UNICAMP, 2012.

LEME, M. C. S.; GOMES, M. A. F. (Org.) **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. 2a. ed. Salvador: EDUFBA, 2005.

MAGALHÃES, A. M. A. Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). **An. Mus. Paul**, 2017; _____. Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). Rio de Janeiro, UFRJ/ IFCS, 2004.

MATTOS, A. T. G. S. **Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito:** a atuação da Bahia no campo do patrimônio brasileiro Rio de Janeiro: PEP/IPHAN, 2014.

RABELLO de CASTRO, S. **O Estado na Preservação dos Bens Culturais**. Rio de Janeiro, 1991.

RADUN, D. F. **O (Des)tombamento em questão:** (Des)patrimonialização de Bens Culturais Tombados pelo Órgão Federal de Preservação (1937-2015). Dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade. Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Brasil, 2016.

SANTOS, M. A. **O centro da cidade de Salvador**. Salvador: Editora Progresso, 1959. P. 182.